



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

Francisca Lucimar Pinheiro Parente

Sexualidade na adolescência e relações familiares

Profa. Orientadora: Dra. Débora Dalbosco Dell'Aglio

Porto Alegre, 2014.

Francisca Lucimar Pinheiro Parente

Sexualidade na adolescência e relações familiares

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia - Habilitação Psicólogo - do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, referente às disciplinas de TCC-I e TCC-II, como requisito parcial à obtenção do grau, sob orientação da Profª Dra. Débora Dalbosco Dell'Aglio

Orientadora: Débora Dalbosco Dell'Aglio

Porto Alegre, 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo a mim concedido.

Agradeço a minha família pelo apoio e incentivo nesta caminhada.

Agradeço, de modo especial, a Professora Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglia pela disponibilização do seu tempo, pela sua atenção, apoio e confiança na construção deste trabalho. Agradecimento extenso a doutoranda Jeane Borges que muito contribuiu ao longo desses meses.

Agradeço a Professora Emérita Odair Perugine de Castro, por suas palavras de incentivo e conforto quando eu mais precisei, e pelo espaço que me foi cedido na UNITI, aonde aprendi mais sobre o processo do envelhecimento.

De modo geral, agradeço a todos os professores, amigos e colaboradores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de modo especial:

- ✚ Ao meu marido Renner e aos meus filhos Bruno e Neto, pela compreensão, apoio, partilha, contribuição, incentivo, conforto, enfim, por todos os momentos nesta longa caminhada acadêmica, que sempre ficaram do meu lado;
- ✚ A minha mãe que muito lutou, após a sua separação com meu pai, para que nada faltasse a mim e a meus irmãos, e a meu pai, *in memória*, que desejou ter uma filha formada na área da saúde;
- ✚ A três grandes estrelas que hoje brilham no céu da minha vida: meu amado filho Gabriel, minha amada avó Francisca e minha irmã Lizamar que, antes de suas partidas, já torciam pela minha vitória.

Posso ter defeitos, viver ansioso e ficar irritado algumas vezes,
Mas não esqueço de que minha vida
É a maior empresa do mundo...
E que posso evitar que ela vá à falência.
Ser feliz é reconhecer que vale a pena viver
Apesar de todos os desafios, incompreensões e períodos de crise.
Ser feliz é deixar de ser vítima dos problemas e
Se tornar um autor da própria história...
É atravessar desertos fora de si, mas ser capaz de encontrar
Um oásis no recôndito da sua alma...
É agradecer a Deus a cada manhã pelo milagre da vida.
Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos.
É saber falar de si mesmo.
É ter coragem para ouvir um “Não”!!!
É ter segurança para receber uma crítica,
Mesmo que injusta...

Pedras no caminho?
Guardo todas, um dia vou construir um castelo...

Fernando Pessoa – Pedras no Caminho

SUMÁRIO

Resumo.....	07
I. Introdução.....	08
II. Concepção de Adolescência.....	09
III. Adolescência e Sexualidade.....	13
IV. Famílias com filhos adolescentes.....	18
V. Famílias x filhos adolescentes e diálogos sobre sexualidade.....	22
VI. Considerações Finais	26
Referências	29

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo propor uma reflexão sobre como na atualidade as famílias têm abordado e acolhido os filhos adolescentes quando o tema em questão é a sexualidade na adolescência. Discute-se a iniciação sexual, as relações amorosas e os tabus/mitos emergentes da sexualidade na adolescência e o papel da família quanto a essas questões. Foi possível observar que existem dificuldades para os pais abordarem o tema com seus filhos adolescentes, e que essa dificuldade pode estar relacionada com o fato de que os pais também não tiveram diálogo com seus pais sobre tal assunto. O tabu da sexualidade é perpassado assim transgeracionalmente. Contudo, estudos indicam que apesar das dificuldades, é no convívio familiar, entre pessoas que possuem laços afetivos, que estas questões devem ser debatidas, levando-se em conta os valores, atitudes, crenças religiosas e culturais da família. Espera-se que essa reflexão possa contribuir para fornecer subsídios para o desenvolvimento de programas de intervenção em educação sexual junto ao adolescente e à sua família, para o exercício da sexualidade saudável na adolescência.

Palavras-chaves: adolescência; relações familiares; sexualidade.

I. Introdução

Entre as principais preocupações que afligem pais com filhos adolescentes estão a iniciação sexual precoce e a ameaça da drogadição (Pratta & Santos, 2007). Mudanças no relacionamento entre pais e filhos têm sido observadas ao longo dos anos, passando de um modelo autoritário e distante para um relacionamento mais aberto, com possibilidade de diálogo e afeto (Pratta & Santos, 2007). Assim, tal flexibilidade poderia ser um fator de proteção, permitindo que o adolescente buscasse nas figuras parentais uma fonte de apoio para suas questões em torno da sexualidade.

No entanto, filhos adolescentes têm dificuldade de buscar diálogo com os pais frente as suas dúvidas sobre sexualidade e relações amorosas na adolescência (Ribeiro, Avanci, Carvalho, Gomes, & Pires, 2011). Apesar de alguns adolescentes idealizarem uma relação aberta com os pais, incluindo sobre a vida afetivo-sexual, muitos revelam que sentem grandes dificuldades de comunicação com sua família, sendo que procuram no grupo de pares o suporte para as dúvidas sobre a sexualidade (Njaine, Oliveira, Ribeiro, Minayo & Bodstein, 2011). Além disso, Pratta e Santos (2007) argumentaram que quando uma família tem um filho adolescente, a família toda adolece. Assim, a sexualidade do filho adolescente pode mobilizar aspectos do casal e da própria adolescência dos pais, interferindo na relação com o filho.

A partir dessas considerações iniciais, esse trabalho teórico apresenta reflexões sobre como na atualidade as famílias têm abordado e acolhido os filhos adolescentes quando o tema em questão é a sexualidade na adolescência. Para isso, são discutidos os temas concepção de adolescência, sexualidade na adolescência e relações familiares nesse contexto.

II. Concepção de Adolescência

A adolescência é um período do desenvolvimento humano, da infância à idade adulta, que pode corresponder à faixa etária entre 10 a 19 anos (Organização Mundial de Saúde, OMS, 2011) ou que começa em torno dos dez ou onze anos e vai até dezoito a dezenove anos, podendo ir até aos 21 anos (Papalia, Olds, & Feldman, 2009). Percebe-se assim que não há limites claros quanto a sua extensão temporal, embora seja considerada uma etapa desenvolvimental caracterizada por transformações físicas, cognitivas e psicossociais interrelacionadas (Papalia et al., 2009). Nesse período, o adolescente passa por diversas mudanças, incluindo de valores e de estilo de vida, em busca da construção da sua própria identidade (Ozella, 2002). A puberdade envolve as modificações biológicas, universais e visíveis, como altura, mudança da voz, mudanças nos caracteres sexuais primários e secundários, que levam a maturação sexual, típicas deste período desenvolvimental (Cerqueira-Santos, Melo Neto, & Koller, 2014). Dessa forma, é comum conceituar que a adolescência inicia-se com a maturação biológica e termina com a maturação psicológica.

A partir do início do século XX, a adolescência vem sendo estudada cientificamente como uma etapa específica do desenvolvimento humano (Senna & Dessen, 2012). Para essas autoras, duas fases históricas podem ser descritas quanto à produção científica da adolescência. A primeira fase aconteceu no início do século XX até 1970, assinalada pela descrição dos processos de desenvolvimento na adolescência. Essa fase foi caracterizada por uma visão organicista e conturbada, tendo destaque o nome de Stanley Hall, com sua obra “Adolescência”, datada de 1904. Tal autor definiu a adolescência como um período de transição universal e inevitável, valorizando as diferenças individuais. Ávila (2005) apontou que Hall foi criticado sobre a tormenta da adolescência, que ocupou um lugar de destaque em seu estudo. Ele sugeriu que o período entre a infância e a puberdade era contínuo, seguindo certas leis biológicas. Hall descrevia a adolescência como um período de turbulência e instabilidade emocional em função do surgimento da sexualidade. Além disso, o adolescente apresentava repentinas mudanças de humor, estando alegre num momento, e triste e depressivo no momento seguinte (Ávila, 2005).

A teoria psicanalítica de Freud também foi importante nesse período para as definições da adolescência (Senna & Dessen, 2012). Em tal perspectiva a adolescência era envolta por conflitos, típicos da puberdade, considerados normais e necessários,

direcionando o adolescente na busca de uma nova personalidade e de novos papéis sociais. A teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson ampliou as etapas desenvolvimentais do ciclo vital (até a velhice), considerando a adolescência como uma crise da identidade (Senna & Dessen, 2012).

Outra abordagem psicanalítica sobre adolescência foi proposta por Knobel (1981), conhecida como Síndrome Normal da Adolescência. Este autor propôs a presença de sinais e sintomas que caracterizariam essa fase da vida, considerados normais para o desenvolvimento humano em transição, que levariam o adolescente a buscar uma identidade adulta. Para tanto, o adolescente necessita superar uma etapa de luto, deixando “morrer psicologicamente” sua identidade infantil para então transformar-se num adulto. Dentre os lutos esperados que o adolescente vivencie nesta etapa estão a perda do corpo infantil, a perda dos pais da infância, e a perda da identidade e papel sócio-familiar infantil. Os sintomas de rebeldia, flutuações de humor e demais comportamentos tidos como “anormais”, são, na verdade, a manifestação dos conflitos psicológicos que o adolescente passa ao vivenciar este luto interno. Um dos sintomas da síndrome normal da adolescência é a evolução sexual manifesta, já que agora há um aparato biológico maduro para a vivência real da sexualidade. A sexualidade é manifestada pela evolução do autoerotismo (masturbação) até a genitalidade adulta (Knobel, 1981).

A segunda fase dos estudos sobre adolescência iniciou por volta de 1970, abordando uma visão contextualista do desenvolvimento do adolescente (Senna & Dessen, 2012). Tal perspectiva enfatizou o indivíduo e o ambiente em suas relações bidirecionais, e o papel do tempo e do espaço no desenvolvimento humano. O indivíduo foi considerado um ser ativo, em constantes interações com o ambiente. Além disso, as transformações do contexto sócio-histórico passaram a ser valorizadas, contribuindo para as concepções de adolescência (Senna & Dessen, 2012).

Ozella (2002) propõe uma visão crítica sobre a concepção naturalista/biológica da adolescência, na qual apenas características biológicas do desenvolvimento se fazem presentes. Embora tal componente biológico, de fato, caracterize a adolescência, sendo que o início desta etapa do ciclo vital é claramente marcado pelas transformações corporais (puberdade), deve-se buscar ampliar tal concepção. Nesse sentido, a adolescência é considerada como uma representação social e psicológica, sendo assim, uma criação do homem, que cria a partir de significados e de referências elementos para a constituição do sujeito (Ozella, 2002; Rodriguez & Damásio, 2014). Desde modo,

pode-se pensar em adolescências e não apenas numa concepção fechada de adolescência, pois em cada grupo social, econômico, cultural e religioso é possível vislumbrar uma concepção de adolescência e o lugar que o adolescente ocupa neste contexto. Dessa forma, é um fenômeno de característica cultural, e a forma como cada geração a define ajuda a construir significados múltiplos sobre o ser adolescente (Cerqueira-Santos et al., 2014). Assim, esta etapa do desenvolvimento corresponde a um fenômeno biopsicossocial, sendo um processo constantemente apontado, transformado e influenciado pela sociedade (Pratta & Santos, 2007). Portanto, uma maior aproximação com suas condições concretas de vida se fazem necessárias, a fim de se compreender os aspectos ecológicos do desenvolvimento (Rocha, 2002).

A partir dessa perspectiva sociocultural, fatores de diversas ordens devem ser considerados ao se discutir a adolescência, pois esses permeiam formas subjetivas de ser adolescente. Esses fatores incluem a instantaneidade temporal provocada pela tecnologia; o consumismo, que leva o adolescente a ter a necessidade de objetos descartáveis para sentir incluindo no social; as desigualdades sociais que levam à exclusão social, que engendram marcas na forma de viver dos adolescentes; e questões de gênero (Rocha, 2002). Assim, a adolescência é constituída socialmente a partir de necessidades sociais e econômicas e de características que vão se constituindo no processo (Ozella, 2002).

Conforme apontam Senna e Dessen (2012), as perspectivas teóricas atuais da ciência do desenvolvimento humano priorizam os recursos individuais e as características contextuais para situar a adolescência como intensa exploração e múltiplas oportunidades de vida que variam de acordo com os contextos sociais e culturais. Essas autoras ainda mencionaram a necessidade de se identificar potencialidades e possibilidades reais para o adolescente se desenvolver. Assim, "a ênfase maior na adolescência, enquanto período decisivo do curso de vida, passou a ser, então, deslocada para os fatores de mudança e plasticidade, bem como para a diversidade social e cultural, que podem ser mais pronunciados neste período" (Senna & Dessen, 2012, p. 101).

Segundo Cerqueira-Santos, Melo Neto e Koller (2014), a adolescência foi somente vista como uma etapa diferente da infância e da vida adulta a partir das transformações nas estruturas sociais nos fins do século XIX, que permitiram que os adolescentes frequentassem a escola e tivessem um tempo para poder adquirir as competências necessárias aos papéis que deverão assumir na vida adulta. A

adolescência, assim, se constitui como uma “situação marginal”, na qual se sai de um estado psicológico de dependência infantil para a autossuficiência adulta (Cerqueira-Santos et al., 2014). Assim, a adolescência pode ainda ser compreendida como um período de moratória social, como um tempo de preparação que é concedido ao jovem para se tornar capaz de assumir as obrigações da vida adulta (Minayo, 2011). Além disso, tal conceito engloba a nova condição do jovem, inserido numa sociedade pós-industrial, de ter sua adolescência estendida até perto dos 30 anos de idade, quando então estaria preparado para entrar no mercado de trabalho. Nesse sentido, a moratória social assume “um papel político e econômico muito claro, pois de um lado ela responde às necessidades de estender os anos de formação (...), mas de outro ressalta as dificuldades de inserção desse grupo no universo produtivo e (...) dos adultos” (Minayo, 2011, p. 25). O conflito do adolescente está entre ser considerado apto para algumas tarefas e imaturo para outras, gerando revolta contra os adultos, pois este está apenas reivindicando um lugar na sociedade.

Os estudos revisados indicam a necessidade de um olhar crítico e contextualizado da concepção de adolescência. As críticas ao modelo biológico e às percepções de uma etapa conflituosa cederam lugar a uma visão contextualista. Assim, há um consenso em se falar de adolescências, buscando as singularidades de cada contexto social, cultural e econômico na produção dessa etapa do ciclo vital.

III. Adolescência e Sexualidade (iniciação sexual, relações amorosas e tabus/mitos)

É esperado que na etapa da adolescência ocorram as primeiras experiências sexuais e afetivas, e é nesse período que a afirmação social da identidade e a consolidação da orientação sexual acontecem (Barros, 2002). É nessa etapa que a sexualidade se insere como uma redescoberta de algo intrínseco do ser humano, construído ao longo da sua trajetória pessoal, sendo que seu exercício vai além das funções reprodutivas, estendendo-se até o processo de socialização do adolescente (Martins, Almeida, Alencastro, Matos, & Souza 2012). Dessa forma, os adolescentes buscam iniciar sua vida sexual a partir de trocas amorosas até os contatos com relação sexual completa (Ribeiro et al., 2011), sendo comum as vivências do “ficar”, do “pegar” e do namorar. Para Oliveira, Gomes, Marques e Thiengo (2007), os adolescentes têm apresentado um comportamento ambíguo frente as suas relações amorosas e divergem em suas formas de expressar, se comparada às gerações anteriores. Eles trazem consigo um comportamento ajustado, frente ao estabelecido com pessoas de sua convivência diária e ao estabelecidos pela sociedade. Buscam assim relacionamentos pautados em uma fidelidade recíproca e no sentimento. Por sua vez, nas relações amorosas, essas são voltadas às necessidades físicas e fisiológicas, sem nenhum tipo de compromisso.

Para Matos, Féres Carneiro e Jablonski (2005), o “ficar” envolve relações baseadas na falta de compromisso, já que se busca obter prazer, a partir do exercício da sedução. Para alguns adolescentes, o "ficar", pode ser apenas para esquecer um relacionamento ou quebrar a rotina de um namoro, e a iniciativa pode ser tanto dos homens como das mulheres. Esse tipo de envolvimento entre os jovens pode ser caracterizado apenas pela simples troca de beijos e abraços. Rieth (2002) afirma que o “ficar” não envolve manter relações sexuais, sendo que os adolescentes valorizam essa prática, pois assim podem “ficar” com várias vezes com a mesma pessoa. Entre o "pegar" e o namorar, surgiu o conceito de "ficar", que envolve a liberdade do “pegar” e pode levar ao namorar. O "pegar" para os adolescentes é um ato sem compromisso e o que interessa é o contato físico. O "ficar" também é sem compromisso, é passar a se conhecer. Sendo assim, tanto o "pegar" como o "ficar" tem características semelhantes. O namoro pode ser decorrente do "ficar", é um compromisso mais sério, diante das famílias e do grupo social. Assim, há pluralidade de configurações amorosas, sendo que alguns casos evoluem de uma para outra e ainda coexistem (Oliveira et al., 2007). Em geral, o namoro assume um maior envolvimento emocional e é marcado por sua

publicidade, “simbolizando a entrada do jovem na cena dos adultos” (Ribeiro et al., 2011, p. 63).

Pode-se dizer que a vida amorosa e sexual dos adolescentes está inserida em um contexto geral pela busca da aquisição de uma identidade (Matos et al., 2005). A identidade sexual é o sentimento e convicção interna de ser homem ou mulher, associada à condição biológica (Barros, 2002). Por meio das influências culturais, o adolescente terá elementos para desempenhar os papéis sexuais, que podem ser definidos como um conjunto de comportamentos e condutas almejados pelo indivíduo conforme seu gênero. Estes papéis estão sujeitos a modificações, pois dependem da época, do local e do grupo social que o adolescente está inserido. Assim, é a experiência sociopsicológica que possibilitará o adolescente a expressar sua identidade de gênero (Barros, 2002). Por fim, o desejo sexual poderá ser heterossexual, homossexual ou bissexual, definindo a orientação sexual do adolescente. Contudo, atualmente, há uma perspectiva crítica quanto à categorização da vivência da sexualidade, ou seja, de práticas discursivas que determinam posições para os sujeitos na cena das experimentações da sexualidade (Dornelles & Pocahy, 2014).

A vivência da sexualidade é fortemente relacionada às questões de gênero. Segundo Tronco e Dell'Aglio (2012, p. 255), "a iniciação sexual na adolescência não é uma atividade isolada, é parte de um processo, em que diversos estágios são explorados, de forma progressiva, possibilitando que os adolescentes adquiram níveis de intimidade cada vez maiores". Assim, as primeiras experiências sexuais podem ocorrer dentro de um relacionamento amoroso, como pela curiosidade, como uma forma de obter prazer, independente de um compromisso formal (Matos et al., 2005).

O envolvimento afetivo formado com o(a) parceiro(a) com quem ocorreu a primeira relação sexual foi relatada de forma específica para meninos e meninas no estudo de Tronco e Dell'Aglio (2012). Na maioria dos casos, as meninas indicaram o namorado como o primeiro parceiro sexual, enquanto que os meninos relataram que foi com uma amiga. Muitas vezes as meninas sofrem pressão pelos namorados para terem relações sexuais e os meninos esperam que suas parceiras sejam fiéis, embora eles não cultivem tal valor nas suas relações. Nesse estudo ainda foi possível verificar uma crença que, para os meninos, a iniciação sexual reforça sua masculinidade e essa geralmente acontece precocemente. Já as meninas escolhem parceiros mais velhos e fixos para sua primeira relação sexual, enquanto os meninos apresentam maior quantidade de parceiras sexuais (Tronco & Dell'Aglio, 2012). No estudo de Ribeiro et

al. (2011), foi observado que as meninas fantasiavam mais a relação e buscavam uma maior aproximação afetivo-romântica nas suas relações amorosas, enquanto que meninos adolescentes se mostram mais distantes afetivamente e centram suas relações afetivo-sexuais no desempenho sexual.

Estudos têm apontado a faixa etária próxima aos 15 anos como sendo indicativa à primeira relação sexual (Paiva, Calazans, Venturi, & Dias, 2008; Ribeiro et al., 2011). Pesquisa com adolescentes entre 15 a 19 anos (n=3.205), estudantes de escolas públicas e particulares de 10 capitais brasileiras, indicou que a média de idade da primeira relação sexual foi de 14,8 anos (Ribeiro et al., 2011). Ainda neste estudo foi verificado que a prevalência de relações sexuais de jovens é maior nos meninos desta faixa etária, se comparado às meninas. Para os adolescentes meninos, a prevalência de relações sexuais entre 15 a 19 anos foi elevada nas cidades de Manaus (74,8%), Porto Velho (69,5%) e de Cuiabá (64,2%). Entre as adolescentes meninas, a maior taxa de prevalência de relações sexuais foi igualmente em Manaus (52,6%), seguida de Porto Velho (48%) e de Rio de Janeiro (43%). Em outro estudo, realizado por Paiva et al. (2008), foi observado que a idade média da vida sexual entre 670 jovens brasileiros (16 a 19 anos) foi aos 14,9 anos. Outro estudo com 340 adolescentes, apenas meninos, com idades entre 14 e 19, em Concórdia/Santa Catarina (Gubert & Madureira, 2008), que frequentavam o ensino médio em seis instituições de ensino do município, apontou que 69,7% destes afirmaram ter relações sexuais, sendo que a média de idade da primeira relação foi de 14,4 anos, menor que a média nacional de 15 anos e, 64,2% afirmaram que o principal motivo para a mesma foi vontade/tesão (Gubert & Madureira, 2008). Ao saber destes resultados estatísticos, se faz necessário pensar num trabalho mais informativo com os pais sobre iniciação sexual, visto que a maioria dos adolescentes inicia a vida sexual antes dos 15 anos.

Embora haja um maior acesso às informações quanto ao sexo saudável, nem todos os adolescentes têm relações sexuais protegidas. No estudo de Ribeiro et al. (2011) verificou-se que 57,4% dos adolescentes brasileiros faziam sempre uso de preservativo, enquanto que 9,4% nunca usaram. A preocupação com o sexo protegido na adolescência se mostra ainda mais relevante quando se observa que, em média, os adolescentes brasileiros, na faixa etária entre 15 a 19 anos, já haviam transado com duas pessoas e 13% tinham entre dois a cinco parceiros sexuais (Ribeiro et al., 2011). O uso de métodos contraceptivos é mais frequente entre as meninas adolescentes, embora os meninos carreguem mais camisinhas consigo do que as meninas. Isso pode estar

associado a maior aceitação da sociedade, visto que os meninos têm uma vida sexual mais ativa (Tronco & Dell'Aglio, 2012). Ressalta-se ainda que quando um jovem preocupa-se com qual método contraceptivo irá usar, é porque já assumiu internamente sua sexualidade (Barros, 2002).

Em relação à gravidez não planejada, um estudo com 100 adolescentes meninas, da cidade de Santa Maria/RS, com idade entre 13 a 19 anos, indicou que as amigas eram consideradas as principais fontes de informações sobre métodos contraceptivos (Patias & Dias, 2014). Contudo, o uso de alguns métodos contraceptivos, como a pílula anticoncepcional, não eram utilizados pelas adolescentes pelos efeitos colaterais associados, pouco dinheiro para comprar, medo ou vergonha de ir ao serviço público adquirir os contraceptivos e o incômodo do aumento de peso (Patias & Dias, 2014). Contudo, as meninas são favoráveis ao uso de pílulas anticoncepcionais por ser mais seguro e eficaz na prevenção de uma gravidez. Com relação ao uso de preservativo, de modo geral, a iniciativa é dos meninos, embora não seja agradável interromper a relação para colocar o preservativo (Rieth, 2002). Assim, uma gravidez indesejável pode estar relacionada às características próprias da adolescência, entre elas a idade da primeira relação sexual, a impulsividade e a falta de informações (Patias & Dias, 2014). Nesse sentido, embora o/a adolescente possa estar fisicamente apto a ter uma relação sexual, isso não representa que ele/ela esteja psicologicamente preparado para o exercício da vida sexual responsável e para o exercício da paternidade/maternidade.

Assim, observa-se que o/a adolescente pode vivenciar o início de sua vida sexual encoberto por falsos conceitos e compreensão distorcida da sexualidade que, decorrente de mitos e tabus, o leva a certa vulnerabilidade, ou seja, em colocar-se em situações de risco, incluindo gravidez indesejada e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), entre elas o HIV/AIDS (Martins et al., 2012; Tronco & Dell'Aglio, 2012). Para tanto, falar sobre sexualidade com os adolescentes é uma demanda pertinente e urgente (Patias & Dias, 2014), embora adultos tenham grande dificuldade para esse diálogo, sobretudo os pais. Dessa forma, este assunto ainda é considerado um tabu (Marola, Sanches, & Cardoso, 2011).

Ao abordar essa temática com os adolescentes, é indispensável verificar com eles o que consideram o que seja sexualidade, pois esta vai além do “descobrir o próprio corpo”, estendendo-se ao conhecer o ato sexual em si e ao sofrimento psíquico frente a não correspondência do adolescente as normas sociais heteronormativas. Para Niquice (2014), as estratégias voltadas para a diminuição dos fatores de vulnerabilidade voltadas

à sexualidade dos adolescentes devem acontecer na família, na comunidade, na escola e nas redes de apoio. Assim, o processo de prevenção e educação sobre sexualidade deve ocorrer em contextos de maior proximidade com o adolescente.

Considera-se que a sexualidade saudável e protegida é um direito do adolescente, bem como este “tem o direito de escolher o sentido que deseja para a sua sexualidade” (Barros, 2002, p. 52). Para tanto, a informação e a educação sexual ainda é uma forma de conscientizar o adolescente para uma vida sexual saudável. Marola et al. (2011) citam que os modelos de educação sexual para adolescentes variam entre modelos formais a informais. Assim profissionais da saúde e da escola abordam essa temática com os adolescentes de forma formal. A educação sexual informal é realizada entre os grupos de amigos, nas buscas por curiosidade na internet, em diversos veículos de comunicação (Marola et al., 2011). Nesse sentido, o grupo de pares influencia fortemente no comportamento sexual do adolescente (Ribeiro et al., 2011).

Permanece assim o questionamento quanto ao contexto familiar na educação sexual de seus filhos. Estudos têm apontado falta de diálogo entre pais e filhos no que se refere à sexualidade (Pratta & Santos, 2007) ou, ainda, que a figura da mãe parece ser a preferida pelos adolescentes para abordar tal temática (Ribeiro et al., 2011). Esses autores argumentaram que “conversar com a mãe” foi protetivo para a adoção do uso de preservativo entre as meninas, bem como que essa conversa anterior encoraja a menina a falar com o parceiro íntimo sobre a necessidade do uso de camisinha. Além disso, há um maior distanciamento ou mesmo ausência da figura do pai na vida de muitos adolescentes, embora os meninos considerem o pai como a melhor pessoa para conversar (Ribeiro et al., 2011).

Portanto, orientar o adolescente sobre a sexualidade saudável e protegida é fundamental para prevenção e promoção de saúde. Essa temática deve ser abordada através de uma comunicação baseada não apenas de maneira prescritiva e formal, mas também baseada no acolhimento e no respeito. Para tanto, busca-se pensar de que forma a família pode ser trabalhada a fim de poder abordar essa questão com seus filhos adolescentes.

IV. Famílias com filhos adolescentes

Da mesma forma que a concepção de adolescência é influenciada pelas questões contextuais, o conceito de família também é revestido por mudanças. A configuração da família é compreendida por mudanças significativas ao longo da história, levando-se em conta o contexto social, econômico, político e cultural em que se encontra inserida. A família pode ser considerada como um sistema dinâmico, submetido a um processo de estabelecimento de regras, e marcada pela busca de um acordo entre seus membros (Wagner, Tronco, & Armani, 2011). Logo, nas mais variadas sociedades existentes, passando por modificações no decorrer de seu processo histórico-social, a família se movimenta e se transforma. A estruturação da família se vincula com o momento histórico que a sociedade está passando, nos levando a refazer o conceito de família e a refletir sobre a configuração e a estrutura familiar (Wagner et al., 2011).

Assim, a constituição familiar não segue mais os padrões tradicionais, exemplificada pela família nuclear burguesa, composta por mãe, pai e filhos (Pratta & Santos, 2007). Atualmente, a noção de família inclui e compreende as diferentes relações entre os seus membros, formada muito mais pelos laços afetivos do que consanguíneos (Oliveira, Siqueira, Dell’Aglío, & Lopes, 2008). As famílias são, na modernidade, redefinidas por algumas tendências como: redução do número de pessoas na família, mais divórcios e recasamentos, participação da mulher na situação financeira do lar, funções parentais diferenciadas, enfim, são influências que alteram o dia-a-dia das famílias, ocasionando várias mudanças e redefinições em suas configurações (Morais, Lima & Fernandes, 2014).

Desde os tempos mais antigos, a família está inserida em um contexto social amplo, e desempenha um papel fundamental na constituição do indivíduo, sendo responsável pelo processo de socialização, em primeira instância, das crianças e dos adolescentes (Pratta & Santos, 2007). A família tem por finalidade promover limites e respeito entre as gerações, possibilitando assim, um convívio saudável em sociedade. Nesta perspectiva, a família é considerada como o primeiro grupo social em que o indivíduo se insere, e é o principal núcleo da organização humana (Pratta & Santos, 2007).

A família, em um modelo sistêmico (Minuchinn, 1982), se estabelece a partir das relações entre seus membros, vinculados a diferentes papéis e subsistemas. Configurações e estrutura familiar são conceitos importantes para conhecer e

compreender a composição e o funcionamento de uma família. Segundo Wagner et al (2011), configuração familiar se refere a quem compõe o núcleo familiar, por exemplo, pai, mãe, filho, filha e estrutura familiar é o padrão de organização em que a família interage com cada membro que a compõe, porém, define-se estrutura familiar como um sistema, composto por um grupo de pessoas que interagem a partir de vínculos afetivos. O reagrupamento de membros do sistema familiar é compreendido como um subsistema, que possui funções e demandas específicas. Por exemplo, o subsistema conjugal é formado por duas pessoas com a finalidade de constituir seu próprio sistema familiar. O subsistema parental surge com a chegada do primeiro filho do casal. O subsistema fraterno é formado pelos irmãos, todos os filhos e filhas do casal. Outros elementos importantes na estrutura familiar são os papéis desempenhados por cada membro, as regras e as fronteiras estabelecidas nesse contexto (Wagner et al., 2011).

Carter e McGoldrick (1995) propuseram a perspectiva do “Ciclo Vital Familiar”, em que dividiram em seis estágios tal ciclo, baseado em um processo emocional de transição e apresentando eventuais mudanças necessárias para se prosseguir desenvolvimentalmente (Carter & McGoldrick, 1995). Cada Estágio do ciclo de vida familiar passa por um processo emocional de transição do “eu”, e a família por mudanças necessárias para continuar seu desenvolvimento natural. O primeiro estágio do Ciclo de Vida Familiar é à saída de casa dos jovens solteiros, que tem como processo a aceitação da responsabilidade emocional e financeira do eu. O segundo estágio é a união de famílias no casamento, que tem a formação de um novo sistema, ampliando os relacionamentos com as novas famílias e os amigos para inclusão do cônjuge. O terceiro estágio é famílias com filhos pequenos, tendo como objetivo a aceitação dos novos membros no sistema, sendo necessário ajustar espaço no sistema conjugal para os filhos, como também vincular as tarefas de educação dos filhos, tarefa financeira e doméstica, bem como incluir os papéis de pais e avós. O quarto estágio é famílias com filhos adolescentes, que tem como processo a flexibilidade das fronteiras familiares para abarcar a independência dos filhos e trabalhar as fragilidades dos avós. Este estágio tem uma grande mudança no sistema, pois mudanças no relacionamento pais-filhos se fazem necessárias para aceitar que o adolescente se movimenta para dentro e fora do sistema. Nessa etapa do ciclo familiar, outra mudança que ocorre se refere à tarefa do cuidado para com a geração mais velha, a qual traz um novo foco nas questões conjugais e profissionais do meio da vida. O próximo estágio é o “lançando os filhos e seguindo em frente”, o qual exige o enfrentamento do processo emocional de aceitar algumas saídas e

entradas no sistema familiar. Além disso, para prosseguir no desenvolvimento natural, deve acontecer à renegociação do sistema conjugal, como também o fortalecimento dos relacionamentos de adulto para adulto entre os filhos crescidos e seus pais. O último estágio é “famílias no estágio tardio da vida”, em que há mudanças dos papéis geracionais, bem como a preparação para o envelhecimento, a aceitação das perdas e da própria morte (Carter & McGoldrick, 1995).

Ao se abordar a sexualidade dos filhos adolescentes, é importante que a família possa vivenciar tal etapa do ciclo vital de forma mais flexível. Dessa forma, Carter e McGoldrick (1995) descreveram a necessidade de mudanças nos relacionamentos pais-filhos, a fim de permitir ao adolescente movimentar-se no sistema de forma mais livre (sair com os amigos, ir às festas, isolar-se no quarto, privacidade, etc). É um momento também, em que os adolescentes iniciam a estabelecer seus próprios relacionamentos independentes da família (grupo de pares, namorados), e são necessários acordos entre pais e avós para permitir e estimular esses novos padrões (Carter & McGoldrick, 1995). Nessa etapa, pais-adultos e filhos-adolescentes seguem por uma trajetória desenvolvimental diferentes, ou seja, cada um está vivenciando desafios específicos do seu ciclo vital, o que pode gerar conflitos no grupo familiar. Enquanto que os adolescentes estão vivenciando as mudanças da puberdade, o raciocínio lógico e o movimento para a autonomia; os adultos se deparam com preocupações com a situação financeira, com planos de carreira e com problemas de saúde. Dessa forma, a grande questão para entender a dinâmica familiar é absorver como essas trajetórias se acomodam (Morais et al., 2014).

Segundo Preto (1995), a adolescência demanda modificações estruturais e renegociação de papéis nas famílias envolvendo até três gerações. A questão dos adolescentes de conquistar autonomia e independência pode provocar mudanças nos relacionamentos entre as gerações, sendo comum, entre os pais, a renegociação do seu casamento e os irmãos passarem a questionar sua posição na família. Porém, neste estágio, as famílias se encontram também em acomodação das novas demandas dos outros membros da família que estão entrando em outros estágios do ciclo de vida. Em relação à maturação sexual, o adolescente busca consolidar uma identidade e estabelecer a autonomia em relação à família. Logo, para estabelecer esta autonomia, ele tende a se tornar cada vez responsável por suas decisões e sentir estar seguro das orientações dos pais (Preto, 1995). Para tanto, o adolescente precisa buscar sua independência do grupo familiar, buscando ocupar um novo papel dentro da família, em que o exercício da

sexualidade pode ajudá-lo nessa transformação. Nesse sentido, Pratta e Santos (2007) argumentam que a família precisa superar as crises que ela passa, como por exemplo, a adolescência de seus membros. Os autores mencionaram que, ao superar as crises, conseguindo modificar-se, englobando as diferenças e mudanças dos seus membros, a família torna-se um contexto saudável e menos conflituoso. Contudo, a superação das crises envolve também a qualidade das relações dos membros da família.

Outro ponto importante a ser investigado é a presença de fatores de risco e de proteção no contexto familiar do adolescente. Tais fatores podem influenciar o desenvolvimento dos adolescentes, em que, às vezes, se constitui como relações de apoio e afeto, e, às vezes, desfavorece o desenvolvimento saudável destes. Moraes, Lima e Fernandes (2014) definem fator de risco como condições associadas com resultados desenvolvimentais negativos ou indesejáveis, como por exemplo, violência familiar, abandono, perdas, entre outros e fatores de proteção como aqueles que moderam ou isolam o risco, e estão divididos em: patrimônio (assets), que são fatores internos individuais como habilidades sociais, competência; e recursos (resources), que são fatores externos, incluindo apoio parental, comunitário ou institucional e orientação de uma pessoa adulta (Moraes, Lima & Fernandes, 2014). A qualidade conjugal também é considerada um fator de proteção do ambiente familiar e da saúde de seus membros. Mosmann, Zordan e Wagner (2011) entendem que a conjugalidade saudável permite que a família atenda positivamente os conflitos que o sistema poderá passar. Assim, verifica-se uma complexidade no sistema familiar frente à adolescência de seus membros, a fim de que tal contexto possa ser encorajador e protetivo para as transformações da adolescência.

V. Famílias x filhos adolescentes e diálogos sobre sexualidade

A relação entre pais-filhos é importante na formação da personalidade do filho adolescente, auxiliando em sua formação para a fase adulta, através dos valores e modelos transmitidos (Pratta & Santos, 2007). Assim busca-se dar ênfase sobre como a família vem conversando e direcionando o comportamento sexual de seus filhos adolescentes.

Para Dias e Gomes (1999) conversar sobre sexualidade com os filhos adolescentes é muito mais do que passar informações, é necessário rever o contexto de valores, e implica uma comunicação na qual os filhos encontrem espaço e apoio para o desenvolvimento psicológico. Contudo, muitas famílias não conseguem estabelecer essa condição existencial para o diálogo, principalmente quando o tema é sexualidade. Os autores continuam afirmando que a comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos é marcada por um equívoco em que ambas as partes reconhecem o problema, mas evitam enfrentá-lo. Os pais apresentam crenças, como por exemplo, que uma orientação sexual poderia levar a curiosidade e dar início à vida sexual precoce.

De acordo com Dias e Gomes (1999, p. 86), "o contexto em que se estabelecem as conversas entre pais e filhos sobre sexualidade é, em parte, constituído por recordações da vivência familiar dos tempos de juventude". Tempos estes marcados por obediência aos pais, em que a família era o principal canal bloqueador de qualquer informação sobre sexualidade, pois as orientações eram indicações de proibições, e as poucas informações dadas eram com limitações e estavam ancoradas aos valores familiares (Dias & Gomes, 1999). Reforçando tal ideia, Pratta e Santos (2007) argumentam que os pais, durante a adolescência dos filhos, são convidados a reviverem a sua própria adolescência. Ou seja, a forma como eles resolveram o seu processo adolescente (incluindo sua sexualidade adolescente) irá influenciar a forma como estão se relacionando com seus filhos adolescentes. Assim, esses autores afirmam que "quando um grupo familiar possui um filho adolescente, o grupo como um todo parece adolecer" (p. 253).

A família tem um papel de grande importância na iniciação sexual dos seus filhos, pois pode ofertar apoio, ajudando a esclarecer as dúvidas trazidas pelos adolescentes, para estes assim poderem vivenciar relacionamentos afetivo-sexuais de forma saudável e protegida. Porém, o assunto sexualidade em algumas famílias ainda é um tabu, o que pode levar o adolescente a buscar esse apoio em outros contextos (grupo

de pares, internet ou na mídia). Porém, nessas informações que os pais transmitem aos filhos são negligenciados alguns assuntos, como: a mudança da anatomia, o ato sexual, os métodos contraceptivos disponíveis e seu uso adequado, já que alguns pais não se achavam preparados para transmitir ou reforçar tais informações (Dias & Gomes, 1999).

No estudo de Macedo, Miranda, Pessoa-Junior e Nóbrega (2013), com 13 adolescentes em uma unidade de educação para jovens e adultos (15 a 19 anos), do Rio Grande do Norte, observou-se a ausência de diálogo sobre a sexualidade no ambiente familiar. Esse resultado foi associado à vergonha de se abordar o tema e, quando havia diálogo, esse foi envolto às restrições/proibições do adolescente em poder ter uma vida sexual. Para as meninas, ainda foi relatada questões relacionadas à prevenção de gravidez e as visões sociais de ter relações sexuais antes do casamento. Já para Sousa, Fernandes e Barroso (2006), para as adolescentes do sexo feminino, os pais tendem a ser mais rígidos, evidenciando que a descoberta da sexualidade é atravessada por questões culturais em que a família encontra-se inserida. As limitações entre os pais, ao tratar sobre sexualidade com as filhas, fazem com que as conversas estabelecidas produzam diferentes mensagens, podendo levar ao contexto de valores ou passar orientações não tão claras e objetivas por motivos de que, os próprios pais, não tenha uma informação necessária sobre o assunto. Assim algumas famílias delegam esta missão às escolas ou aos amigos (Oliveira, Dias & Patias, 2012).

Por outro lado, Sousa et al. (2006), mencionaram a crença de que o adolescente procuraria os pais para conversar sobre sexualidade quando desejasse iniciar a vida sexual. Essa crença parental não se verifica na atualidade, sendo que no estudo dos autores ficou evidenciado que o adolescente tende a buscar outras fontes de apoio (grupo de pares). Em consequência, muitos pais só irão abordar o tema quando o filho ou filha já iniciaram a vida sexual.

Sugere-se assim que, diante de um assunto envolto de mitos e tabus, a família contemporânea (aberta a novas configurações) ainda apresenta dificuldades para oferecer o acolhimento aos filhos adolescentes quando o tema é a sexualidade. Embora os pais apresentem dificuldades nesse diálogo com os filhos, a iniciação sexual precoce é uma preocupação recorrente destes (Pratta & Santos, 2007). Os autores citam que os pais se preocupam com a ausência de proteção nas relações sexuais dos filhos, devido ao aumento da contaminação do vírus HIV na adolescência. Porém, não conseguem ainda abordar tal assunto, ficando numa posição passiva e inerte, esperando que a escola trabalhe tais questões ou outros profissionais da saúde. Embora os estudos revisados

tendam a mostrar a dificuldade dos pais para abordar o tema da sexualidade, há alguns indícios lentos para mudanças. Por exemplo, Dias e Gomes (1999) apontaram que na contemporaneidade as famílias estão abordando mais o tema com os seus filhos adolescentes, se comparado às gerações anteriores. Assim, os pais buscam proporcionar informações que não obtiveram quando foram adolescentes, quebrando um ciclo de tabu na família (Dias & Gomes, 1999).

Realce além disso, argumenta-se que o diálogo pais-filhos sobre sexualidade é também revestido por questões de gênero. Segundo Dias e Gomes (1999), as mensagens que os pais estabelecem com suas filhas adolescentes sobre sexualidade se refere à gravidez e crenças como as filhas já estariam informadas sobre tal questão, ou de que a jovem compartilhará sua iniciação sexual com os pais ou ainda que deixem a atividade sexual para mais tarde. Além disso, o conhecimento sobre orientação sexual dos pais, principalmente das mães, era limitado ou até mesmo ausente. Assim, tal diálogo é revestido por sentimentos ambivalentes, sustentado em um conjunto de crenças e por vezes por sentimento constrangedor (Dias & Gomes, 1999).

Já o diálogo com filhos meninos aparece estar ausente no contexto familiar. De acordo com Gubert e Madureira (2008), em se tratando de sexualidade, prevalece o diálogo com pessoas fora do lar. Nesse sentido, os autores apontam que adolescentes do sexo masculino tendem a buscar informações com grupos de amigos (39,4%), na televisão (18,2%) e, por último, na família (14,4%). Ressalta-se, contudo, que 73,8% dos adolescentes do sexo masculino fizeram uso de preservativo na primeira relação sexual, revelando que eles têm informações quanto aos métodos contraceptivos e de proteção. Torna-se relevante que os meninos tenham acesso à prevenção e promoção de saúde relacionada à sexualidade, uma vez que iniciam a vida sexual de forma mais precoce do que as meninas, e que tendem a ter múltiplas parceiras desde a adolescência. Para os meninos, a iniciação sexual está associada a um processo de tornar-se homem, sendo caracterizada como um rito de passagem necessário para a confirmação da própria masculinidade (Gubert & Madureira, 2008).

Para Nogueira, Saavedra e Costa (2008), apesar da tentativa de mudança igualitária dos comportamentos sexual entre homens e mulheres, em que ambos teriam o mesmo padrão sexual comportamental, as mulheres são avaliadas de forma negativa pelo fato de terem tido vários parceiros ou até mesmo de terem iniciado a vida sexual precocemente. Assim, Nogueira et al. (2008, p. 71) relatam que "os discursos da igualdade sexual, embora possam afigurar-se como um desafio aos discursos

românticos, podem levá-las a uma condenação do direito de encontrar o amor, a intimidade e o compromisso com os seus parceiros". Embora os jovens assumam seu comportamento sexual ativo, fora de um relacionamento sério, existe um comportamento padrão aceitável dos homens mais do que para as mulheres, indicando que a sexualidade na adolescência ainda é atravessada por questões sexistas e machistas (Nogueira, Saavedra & Costa, 2008). Para Tronco e Dell'Aglio (2012), a sexualidade é tratada diferentemente para meninos e meninas. Os meninos são instigados a reforçar sua masculinidade a serem fortes e viris iniciando suas relações sexuais precocemente e as meninas adiar o máximo sua primeira relação sexual (Tronco & Dell'Aglio, 2012).

Nas famílias com filhos adolescentes o diálogo é descrito como uma tarefa importante, pois permite um maior processo da flexibilidade das fronteiras familiares. Além disso, possibilita uma orientação para as dúvidas dos adolescentes sobre a própria etapa da adolescência e uma maior compreensão dos pais quanto às necessidades dos filhos (Pratta & Santos, 2007). Quando a família tem fronteiras nítidas e permite aos filhos adolescentes se moverem no sistema familiar e extrafamiliar, buscando o recurso do diálogo desde cedo, são estabelecidas relações de respeito, confiança e afeto, e há bom nível de relacionamento (Wagner et al., 2011). As fronteiras permitem que cada membro da família exerça suas funções de forma apropriada dentro do ciclo vital familiar. Além disso, famílias mais flexíveis conseguem lidar melhor com as mudanças desse ciclo, permitindo, por exemplo, o filho vivenciar sua adolescência e os desafios associados a essa etapa.

Segundo Dias e Gomes (1999), a família trocou do modelo hierárquico, em que os papéis eram bem definidos e o poder era centralizado na figura paterna, para um modelo igualitário, destacando a liberdade e a individualidade dos seus membros. Assim, neste modelo, o diálogo tem um valor fundamental na educação e nas relações familiares. Para tais autores, os pais e filhos ainda encontram dificuldades em dialogarem sobre sexualidade. Os adolescentes sentem-se acuados ou receiam que os pais desaprovem tal assunto e os pais sentem-se despreparados e envergonhados. Observa-se nos diálogos pais e filhos adolescentes a presença tanto de interdições quanto ao exercício da vida sexual até uma maior flexibilidade, a ponto de se chegar a um certo grau de permissão, incluindo questões de prevenção à gravidez indesejada e às doenças sexualmente transmissíveis (Nascimento & Gomes, 2009).

VI. Considerações Finais

Este trabalho se propôs a discutir como na atualidade as famílias têm abordado e acolhido os filhos adolescentes quando o tema em questão é a sexualidade na adolescência. A partir dos estudos revisados foi possível observar que existem dificuldades para os pais em abordar o tema com seus filhos adolescentes, visto que, essa dificuldade, pode estar relacionada com o fato de que os pais também não tiveram diálogo com seus pais sobre tal assunto. O tabu da sexualidade é perpassado assim transgeracionalmente.

Para Pratta e Santos (2007), a carência de diálogo no meio familiar poderá trazer algumas dificuldades, principalmente sobre relacionamentos pais-filhos, podendo afetar o bem-estar da família e a saúde psíquica dos adolescentes. O processo da adolescência no contexto familiar não afeta apenas os indivíduos que estão passando por este período desenvolvimental, mas também por todas as pessoas que convivem diretamente com os mesmos, principalmente seus pais. Nesse sentido, a adolescência dos filhos repercute na forma como os pais vivenciaram e deram significado à sua adolescência (Pratta & Santos, 2007).

Embora haja uma maior aproximação afetiva dos pais com seus filhos na família contemporânea, se comparada às gerações anteriores, essa mudança ainda não foi capaz de aproximar pais e filhos para conversarem mais naturalmente sobre a sexualidade, que parece ainda ser um tabu. Ressalta-se ainda que falar sobre sexualidade vai além de transmitir informações, requer perpassar barreiras como idade e valores para facilitar uma proximidade, uma aliança comunicativa entre pais e filhos (Dias & Gomes, 1999).

As informações sobre sexualidade passadas de pais para filhos, de modo mais aberto, podem ajudar os adolescentes quanto a várias dúvidas e angústias, promovendo uma prática sexual segura, dentro um contexto de confiança e maior proximidade afetiva. De acordo com Dias e Gomes (1999), pais na atualidade acreditam que avançaram bastante em relação aos seus próprios pais, no diálogo sobre sexualidade com seus filhos, já que os pais vivenciaram suas sexualidades com restrições, dúvidas e sem muitas informações.

Outro aspecto a ser ressaltado é a crença que pais têm de que oferecer uma orientação sexual aos filhos adolescentes poderia levar à curiosidade e ao início da vida sexual precoce. Nesse sentido, entendem que as informações sobre o ato sexual e o uso de contraceptivos poderiam ser um incentivo para a prática sexual. Tal crença leva os

pais a restringem-se apenas a dar conselhos de alerta quanto ao comportamento sexual precoce.

A discussão apresentada nesse estudo é importante na capacitação de profissionais que atuam em intervenções com famílias com filhos adolescentes. Para tanto, é preciso que os profissionais busquem conhecer os mitos e os tabus que cercam a sexualidade na adolescência para que possam abordá-la de forma mais efetiva (Martins, Almeida, Alencastro, Matos, & Souza 2012). Nesse sentido, torna-se necessário o desenvolvimento de tecnologias de acolhimento das demandas sexuais dos adolescentes, deslocando-se de fóruns privados para uma atenção integral à saúde (Nascimento & Gomes, 2009). Assim, intervenções podem ser propostas, voltadas para uma maior aproximação entre família, filhos e escola, construindo assim espaços de diálogo sobre o tema (Souza & Dutra-Thomé, 2014), bem como na rede de saúde. Essas discussões são relevantes não só na vida dos adolescentes, mas daqueles que os acompanham.

Sugere-se que o psicólogo ao trabalhar com adolescentes e famílias sobre sexualidade estabeleça práticas que atendam as necessidades das famílias e dos adolescentes, fortalecendo a proximidade afetiva e abrindo espaço para o diálogo. Dessa forma, o trabalho do psicólogo é voltado aos vínculos afetivos, em estabelecer um espaço de diálogo e trocas de conhecimento, no respeito às opiniões, bem como em ressaltar as características positivas do adolescente frente à família.

Observa-se uma lacuna na literatura abordando o assunto sexualidade, adolescência e família. Além disso, poucos estudos focam no trabalho de intervenções psicossociais junto a esse público, sobretudo no contexto familiar. Essa lacuna revela uma preocupação frente ao exercício da sexualidade saudável e responsável na adolescência, uma vez que estudos sobre a iniciação sexual e comportamento sexual dos adolescentes, nos anos 2008 e 2012, apontam que a idade de iniciação sexual dos adolescentes brasileiros é em média 14,9 (Paiva et al., 2008; Tronco & Dell'Aglio, 2012). Da mesma forma, não foi observada uma maior discussão do tema entre família e filhos com experiências homossexuais e bissexuais. Há um maior distanciamento entre pais e filhos quando estão têm escolhas afetivo-sexuais diferentes do padrão da sexualidade exclusivamente heterossexual (Assis et al. 2014).

Ao concluir esse trabalho, argumenta-se que as relações amorosas e sexuais na adolescência contribuem para o desenvolvimento individual, incluindo a formação da identidade (Melo & Mota, 2013). Dessa forma, a sexualidade na adolescência é vista

como esperada para esse período do desenvolvimento, necessitando de espaços de diálogo pais-filhos, para que a mesma possa ser vivida de forma saudável e responsável. É no convívio familiar, entre pessoas que possuem laços afetivos, que estas questões devem ser debatidas, levando-se em conta os valores, atitudes, crenças religiosas e culturais da família e da sexualidade.

REFERÊNCIAS

- Assis, S. G., Gomes, R., & Pires, T. de O., (2014). Adolescência, comportamento sexual e fatores de risco à saúde. *Revista Saúde Pública*, 48(1), (pp. 43-51).
- Àvila, S. F. O. (2005). A adolescência como ideal social. In: Anais do 1º Simpósio Internacional do Adolescente. São Paulo (SP). Retirado do http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Barros, M. N. S.(2002). Saúde sexual e reprodutiva. In M. de L. Contini, S. H. Koller, & M. N. S. Barros (Eds.), *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 46-54). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cerqueira-Santos, E., Melo Neto, O. C., & Koller, S. H. (2014). Adolescentes e adolescências. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 17-30). Porto Alegre: Artmed.
- Dias A. C. G., & Gomes, W. B. (1999). Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: A percepção dos pais. *Estudos de Psicologia*, 4(1), 79-106.
- Dornelles, P. G., & Pocahy, F. A. (2014). “Prendam suas bezerras que o meu garrote está solto!” Interseccionando gênero, sexualidade e lugar nos modos de subjetivação regionais. *Educar em Revista*, 1(Especial), 117-133. doi: 10.1590/0104-4060.36544
- Gubert, D., & Madureira, V. S. F (2008). Iniciação sexual de homens adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(Sup 2), 2247-2256.
- Knobel, M. (1981). A síndrome da adolescência normal. In A. Aberastury & M. Knobel (Eds.), *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artmed.
- Macedo, S. da R. H., Miranda, F. A. N. de, Pessoa Junior, J. M., & Nóbrega, V. K. de M. (2013). Adolescência e sexualidade: *scripts* sexuais a partir das representações sociais. *Revista Brasileira Enfermagem*, 66(1), 103-109.
- Martins, C. B. G., Almeida, F. M., Alencastro, L. C., Matos, K. F., & Souza, S. P. S. (2012). Sexualidade na adolescência: Mitos e tabus. *Ciencia y Enfermeria XVIII*(3), 25-37.

- Marola, C. A. G., Sanches, C. S., & Cardoso, L. M. (2011). Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psicologia da Educação*, 33, 95-118.
- Matos, M., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2005). Adolescência e relações amorosas: Um estudo sobre jovens das camadas populares cariocas. *Interação em Psicologia*, 9(1), p. 21-33.
- Melo, O. & Mota, C. P., (2013). Vinculação amorosa e bem-estar em jovens de diferentes configurações familiares. *Psicologia em Estudo*, 18, (pp. 587-597).
- Minayo, M. C. (2011). A condição juvenil no século XXI. In M. C. Minayo, S. G. Assis, & K. Njaine (Eds.), *Amor e Violência: Um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* (pp.17-43). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Minuchin, S. (1982). *Família: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artmed.
- Morais, N. A. de, Lima, R., & Fernandes, J. (2014). Adolescência e contexto familiar. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 101-117). Porto Alegre: Artmed.
- Mossmann, C. P., Zordan, E. P., & Wagner A. (2011). A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. In A. Wagner (Ed.), *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (pp. 58-71). Porto Alegre: Artmed.
- Nascimento, E. F., & Gomes, R., (2009). Iniciação sexual masculina: conversas íntimas para fóruns provados. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(4), 1101-1110.
- Niquice, F. L. A., (2014). Comportamento de risco na adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 42-53). Porto Alegre: Artmed.
- Njaine, K., Oliveira, Q. B. M., Ribeiro, F. M. L., Minayo, M. C. S., & Bodstein, R. (2011). Prevenção da Violência nas Relações Afetivo-Sexuais. In M. C. Minayo, S. G. Assis, & K. Njaine (Eds.), *Amor e Violência: Um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros* (pp.183-205). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Nogueira, C., Saavedra, L., & Costa, C. (2008). (In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: proposta para uma nova concepção sobre educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. *Pro-Posições*, 19(56), 59-75.

- Oliveira, C. T., Dias, A. C. T., & Patias, N. D. (2012). Gravidez na Adolescência: Como a família vivencia esse fenômeno? *Pensando Famílias*, 16(1), 111-124.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T., Marques, S. C., & Thiengo, M. A. (2007). "Pegar", "ficar" e "namorar": Representações sociais de relacionamentos entre adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 60(5), 497-502.
- Oliveira, D., Siqueira A. C., Dell’Aglia, D. D., & Lopes, R. C. S. (2008). Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: Uma revisão da produção científica. *Interação em Psicologia*, 12(1), 87-98.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In M. de L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. dos S. Barros (Eds.), *Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 46-54). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Paiva, V., Calazans, G., Venturi, G., & Dias, R. (2008). Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Revista Saúde Pública*, 42(Supl 1), 45-53.
- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2009). *Desenvolvimento Humano* (10ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2014). Sexarca, informação e uso de métodos contraceptivos: Comparação entre adolescentes. *Psico-USP*, 19, 13-22.
- Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. (2007). Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12(2), 247-256.
- Preto, N. G. (1995). Transformação do sistema familiar na adolescência. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ribeiro, F. M. L., Avanci, J. Q., Carvalho, L., Gomes, R., & Pires, T. O. (2011). Entre o ‘ficar’ e o namorar: Relações afetivo-sexuais. In M. C. Minayo, S. G. Assis, & K. Njaine (Eds.), *Amor e Violência: Um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar entre jovens brasileiros* (pp. 55-86). Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Rieth, F. (2002). A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. *Horizontes Antropológicos*, 17, 77-91.
- Rocha, M. L.(2002). Contexto do adolescente. In M. de L. J. Contini, S. H. Koller, & M. N. dos S. Barros. (Eds.), *Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 46-54). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

- Rodríguez, S. N., & Damásio, B. F. (2014). Desenvolvimento da identidade e do sentido de vida na adolescência. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 32-39). Porto Alegre: Artmed.
- Senna, S. R. C. M., & Dessen, M. A. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, (1), (pp. 101-108).
- Sousa, L. B. de, Fernandes, J. F. P., & Barroso, M. G. T. (2006). Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. *Acta Paulista de Enfermagem*, 19(4), 408-412.
- Souza, A. P. L. & Dutra-Thomé, L. (2014). Participação juvenil: Encontros para promoção de protagonismo. In L. F. Habigzang, E. Diniz, & S. H. Koller (Eds.), *Trabalhando com adolescentes: Teoria e intervenção psicológica* (pp. 193-209). Porto Alegre: Artmed.
- Tronco, C. B., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Caracterização do comportamento sexual de adolescentes: Iniciação sexual e gênero. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(2), 254-269.
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: Revisitando conceitos. In A. Wagner (Ed.), *Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e reflexões* (pp. 19-32). Porto Alegre: Artmed.
- World Health Organization (WHO) (2011). *Preventing early pregnancy and poor reproductive outcomes among adolescents in developing countries*. Geneva: WHO. Retirado do http://www.who.int/maternal_child_adolescent/documents/preventing-early_pregnancy/en/index.html